



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 19/17-21 SESSÃO ORDINÁRIA 2020/12/18

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, no edifício do Cineteatro do Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 18H30M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Liliana Bouça da Silva, Vereadora eleita pelo Partido Social Democrata, faltou.
- Joaquim Manuel da Conceição Monteiro Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, substituído pelo secretário Ernesto João Neto Casal da Veiga.
- Jorge Paulo Alvarenga Araújo, Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, substituído por Filipe Miguel Lages Pires.
- José Miguel da Silva Lopes Gonçalves, Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, substituído pela Secretária Margarida Maria Gravato Rio Tinto Lages.
- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, substituído por Luis Filipe Silva Matias.
- António Manuel Alves Moreira Brás, Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, faltou.
- Ventura Rodrigues Cunha, Presidente da União das Freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João), faltou.



Assembleia Municipal de Caminha

- Carlos Alberto da Cunha Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, faltou.
- Rui Taxa Araújo, eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído por Ricardo Jorge Rodrigues Cunha.
- Marina Sola Gonçalves, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Paula Margarida de Sousa e Almeida.

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 32 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período da Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 25 de setembro 2020;
- c) – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021;
- d) – Mapa de pessoal para 2021;
- e) – Plano Anual de Recrutamento 2021;
- f) – Lançamento de uma Derrama;
- g) – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- h) – Participação variável no IRS;
- i) – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP);



Assembleia Municipal de Caminha

- j) – Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março;
- k) – Celebração de Protocolos de Apoio às Freguesias para o Ano 2021;
- l) – Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho- Cemitério Municipal de Caminha;
- m) – Associação de Municípios Da Serra D'Arga - Paisagem Protegida Regional - Proposta de Constituição
- n) – Alteração ao Protocolo Celebrado entre o Município de Caminha, Junta de Freguesia de Vilar de Mouros e Surprise & Expectation, Lda para Realização do Festival de Vilar de Mouros;
- o) – Aditamento ao Anexo I do Contrato de Cedência de Utilização de Infraestruturas Celebrado entre Município de Caminha e a A.D.A.M.- Águas do Alto Minho, S.A. – Rede Saneamento de Argela.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção do público.

2.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) – Informações da Mesa

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que chegaram à mesa três Votos de Pesar pelo falecimento de Amadeu António Gonçalves de Brito, apresentado pelo Partido Social Democrata, um outro Voto de Pesar apresentado pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Gondar e Orbacém, e ainda um



Assembleia Municipal de Caminha

outro Voto de Pesar apresentado pela Presidente da Junta de Freguesia de Argela em nome de Armindo Pires Rocha, e uma Recomendação apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Gondar e Orbacém, José Manuel Cunha, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida leu o Voto de Pesar;

“Amadeu António Gonçalves Brito foi um digníssimo autarca e um bom homem, tendo sempre desempenhado com lisura e empenho a função de presidente da Junta de Orbacém.

Para além da sua vida pública também ele foi um ser humano excepcional sempre pronto a ajudar quem mais precisasse.

Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária de 18 de dezembro de 2020, aprove o presente Voto de Pesar e um minuto de silêncio em honra de António Amadeu Gonçalves Brito.

Do presente deverá ser dado conhecimento à família enlutada.

O Presidente da Junta da UF de Gondar e Orbacém

José Cunha”

O Senhor Deputado Carlos Videira, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida leu o Voto de Pesar; “Faleceu no passado dia 12 de novembro, aos 82 anos, Amadeu António Gonçalves de Brito, que exerceu durante três mandatos (1997-2009) o cargo de presidente da Junta de Freguesia de Orbacém.

Um homem de bem, honrado e que muito lutou pela sua freguesia e pelos valores e princípios em que acreditava. Cuja ação engrandeceu não apenas a



Assembleia Municipal de Caminha

freguesia de Orbacém ou o seu partido, mas todo o Município de Caminha nos anos em que esteve dedicado à causa pública. Que deixa um legado de intervenção que nos cumpre neste momento lembrar e honrar.

Assim, é proposto que a Assembleia Municipal de Caminha, reunida a 18 de dezembro de 2020, delibere:

1. aprovar um voto de pesar pelo falecimento de Amadeu António Gonçalves de Brito;
2. cumprir um minuto de silêncio em sua memória;
3. endereçar à família as mais sentidas condolências.”

A Senhora Presidente da Junta de Freguesias de Argela, Sandra Ranhada, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e de seguida leu o Voto de Pesar;

“Faleceu, no pretérito dia 8 de outubro, Armindo Pires Rocha, Presidente da Assembleia de Freguesia de Argela. A sua morte surpreendeu os que lhe eram próximos, deixando todos consternados, pois era visto pelos seus familiares, amigos, fregueses e população em geral como uma pessoa bondosa, humilde, trabalhadora, que gostava da sua terra e que deixou um enorme testemunho do que é ser um verdadeiro Argelense. Foi com dedicação e empenho que esteve ao serviço da Freguesia não só nestes últimos, quase, três anos como Presidente da Assembleia de Freguesia, assegurando rigor e empenho no cargo ocupado, mas também, outrora num cargo executivo no pré 25 de Abril onde este foi nomeado para tal. Colaborou ainda, ao longo da sua vida, em múltiplas atividades na freguesia. Era um homem abnegado, bom pai de família e amigo dos Argelenses. Era um bom autarca, um profissional de referência e uma excecional pessoa.

O Concelho de Caminha, e mais concretamente a freguesia de Argela, e as suas gentes ficaram mais pobres com a sua partida.



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária, deliberou aprovar o presente voto de pesar e, bem assim, um minuto de silêncio em honra de Armindo Pires Rocha. Do presente voto deve ser dado conhecimento à família enlutada.

A Presidente da Junta de Freguesia de Argela
Sandra Paula Fernandes Ranhada”

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs para votação todos os Votos de Pesar, os quais foram aprovados por unanimidade.

De seguida fez-se um minuto de silêncio.

O **Senhor Presidente da Mesa**, leu a Recomendação;

“A ANAM (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) é uma associação política composta por todas as Assembleias Municipais que a ela voluntariamente adiram.

A sua génese baseia-se na intervenção e aprofundamento que o quadro legislativo existente permite e que as boas práticas já existentes caucionam sempre com o objetivo que esteve na origem da sua formação que são:

Dignificação, Valorização e Eficácia das Assembleias Municipais

A ANAM está sempre empenhada na indicação, difusão e suporte das melhores práticas a implementar no mais curto espaço de tempo através das alterações aos Regimentos Municipais por parte das Assembleias Municipais no quadro da sua autonomia tendentes a garantir:

- O aprofundamento da prática do estatuto do Direito de Oposição valorizando o debate e o contraditório democrático
- O assumir o debate orçamental como um momento crucial da vida dos Municípios.

Ora, a Mesa da Assembleia Municipal do Município de Caminha tem estado presente nos diferentes congressos da ANAM a título individual visto que a representação institucional do município ser do ponto de vista da Constituição



Assembleia Municipal de Caminha

da República ser da Câmara Municipal. Logo, a Câmara Municipal deverá pronunciar-se sobre a participação da Assembleia Municipal na ANAM tornando-a sua aderente. Assim, esta Assembleia Municipal faz a seguinte recomendação:

- " Que a Câmara Municipal de Caminha, após reunião efetuada proponha no seu órgão, como membro efetivo a adesão da Assembleia Municipal de Caminha à ANAM". Propõe-se esta recomendação à votação nesta Assembleia Municipal."

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs para votação a Recomendação, a qual foi aprovada por unanimidade.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, deu início à sua intervenção;

"Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Sr. Presidente, da Câmara Municipal,
Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores,
Sras. Deputadas e Srs. Deputados,
Sras. e Sras. Presidentes de Junta,

O ano de 2020 foi um ano absolutamente atípico, marcado por grandes desafios, por causa da pandemia de COVID-19. Desde março que fomos obrigados a adaptar-nos para fazer face a estes mesmos desafios e, sobretudo, para criar respostas para que ninguém fique de fora, num contexto de crise sanitária, económica e social, cujas repercussões ainda não são de todo visíveis.



Assembleia Municipal de Caminha

A segunda fase da pandemia atingiu particularmente o Concelho de Caminha, sobretudo nos meses de outubro e novembro, com vários surtos, centenas de casos e algumas vítimas mortais. Não estávamos preparados. Isso não quer dizer que as autoridades públicas, as instituições e as populações não tenham feito o melhor que podiam. Sejam justos: nenhuma comunidade, nenhuma instituição e nenhuma autarquia estava preparada para o que nos aconteceu.

E por isso é devida uma palavra de reconhecimento a todos os agentes. Sobretudo às populações. Não foram as pessoas que se portaram mal, que facilitaram ou que não cumpriram as normas emanadas pelas autoridades. Porque nenhuma medida é eficaz se não for estável no tempo até que se crie num hábito que é interiorizado no subconsciente das pessoas. Porque nenhuma norma é eficaz se não for acompanhada da devida fiscalização. Porque um contexto tão complexo como o que vivemos não é compatível com uma comunicação errática em que as decisões e as mensagens passadas num dia são contrariadas no dia seguinte.

Este é um tempo excepcional. Que exige um apurado sentido de responsabilidade por parte de todos os intervenientes políticos no espaço público. Porque se é verdade que a pandemia não suspende a democracia, a qualidade da própria democracia também é avaliada pela forma como todos, liderança e oposições, atuam neste contexto, colocando como prioridade o combate a esta pandemia, para que possamos voltar à normalidade tão depressa quanto possível.

Foi nesse sentido que o Partido Social Democrata, ao longo dos últimos meses, apresentou várias propostas concretas para ultrapassar as dificuldades com as quais estamos confrontados. O nosso objetivo é que o Concelho de Caminha ultrapasse rapidamente e com menor número de baixas possível esta pandemia.

O Partido Social Democrata propôs a criação de um gabinete de crise para agilizar a intervenção local, monitorizar e acompanhar a situação e intervir o



Assembleia Municipal de Caminha

mais atempadamente possível, mobilizando recursos, humanos e materiais, antecipando medidas para o futuro, no plano sanitário, económico e social.

Propôs a criação de um serviço de teleassistência, através da distribuição de pulseiras a idosos abrangidos pelo apoio domiciliário, uma solução integrada com componente tecnológica e humana que monitoriza as pessoas idosas de forma contínua e contribui para a diminuição do isolamento sénior, potenciando um sentimento de segurança, essencial para a permanência no seu domicílio.

Propôs um pacote de incentivos económicos e financeiros junto das empresas e insistiu pela constituição definitiva do Conselho Económico e Social, iniciativa proposta por este Executivo Municipal, para preparar o ano de 2021, auscultar as dificuldades e criar estratégias concertadas para enfrentar o futuro.

Num ano em que as autarquias veem reforçados os seus recursos financeiros, têm agora que dar resposta a um enorme desafio: o COVID-19. Com os serviços reduzidos ao mínimo e uma necessidade de resposta acrescida em virtude das suas atribuições e competências e pelo conhecimento que detêm do seu território e populações, as autarquias assumem-se como atores chave no processo de contenção e combate a este vírus.

E por isso é preciso mais. E por isso não nos absteremos de apresentar propostas que possam ser levadas a cabo pelo Município para que ninguém fique para trás.

Na área da Educação, é fundamental o desenvolvimento de parcerias que alarguem a entrega de equipamentos informáticos a mais alunos do Concelho, num esforço de alargamento da escola digital, apoiando a inclusão de estudantes em situação socialmente vulnerável.

Na área do Emprego, propomos a criação de uma bolsa de recursos humanos especializados em articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional para que as pessoas que ficaram desempregadas possam ser colocadas em escolas, lares ou outras instituições de solidariedade social, recebendo a devida formação para que possam ajudar a dar resposta às necessidades de recursos humanos que essas instituições apresentam.



Assembleia Municipal de Caminha

Na área da Economia, propomos a comparticipação das tarifas da água e saneamento e a isenção da tarifa de resíduos sólidos para as empresas de setores mais afetados pelas medidas excecionais de mitigação da crise sanitária e a organização de iniciativas orientadas para empresários, gestores e empreendedores, com o objetivo de apoiar as empresas do Concelho na reação ao novo paradigma que a pandemia COVID-19 criou nos mercados.

Na área da Saúde, é fundamental a criação de um plano municipal de prevenção e combate aos problemas de saúde mental que permita prevenir, sensibilizar, acompanhar e responder às necessidades da população. É fundamental a realização de um estudo sobre saúde mental, sobretudo junto da população infantojuvenil, nas escolas do Concelho. Portugal é o segundo país da Europa com maior prevalência de doenças psiquiátricas. Constituindo-se como umas das maiores preocupações da sociedade, a saúde mental é um dos maiores desafios a longo prazo, sobretudo devido ao impacto avassalador da pandemia que tem levado a um agravamento considerável da situação.

Um esforço que deve ser acompanhado, na área Social, pela criação de um Programa Municipal de Emergência Social, que centralize o apoio domiciliário e ajudas de natureza alimentar, farmacêutica ou financeira, e trabalhe em articulação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social na resposta às dificuldades de inúmeras famílias, num contexto de aumento do desemprego e da pobreza.

Por último, no plano político, importa que o Executivo Municipal divulgue atempadamente os planos de contingência dos locais de voto para as Eleições Presidenciais do dia 24 de janeiro e lance uma forte campanha de comunicação e esclarecimento sobre eventuais aumentos do número de mesas de voto, do voto antecipado em mobilidade e da possibilidade das pessoas em confinamento obrigatório puderem votar antecipadamente. Entendemos que tais medidas são essenciais para combater a abstenção e transmitir confiança às populações.

Sr. Presidente, da Assembleia Municipal,



Assembleia Municipal de Caminha

Sr. Presidente, da Câmara Municipal,
Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores,
Sras. Deputadas e Srs. Deputados,
Sras. e Srs. Presidentes de Junta,

O artista Quino, criador da Mafalda, que nos deixou há pouco tempo, dizia que "como sempre, o urgente nunca deixa tempo para o importante". E por isso é fundamental que a resposta imediata à crise de COVID-19 não nos impeça de pensar no futuro do Concelho de Caminha a médio e longo prazo.

Por mais distantes que estejamos uns dos outros, não podemos deixar de unidos pelo mesmo movimento: encontrar o melhor caminho, o da sustentabilidade.

Porque todos os problemas globais são também locais, temos insistido num novo paradigma que seja liderado pelo Executivo Municipal e que junte todas as partes interessadas na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Propusemos a criação de um Plano Estratégico de Sustentabilidade e a publicação de Relatórios Anuais de Sustentabilidade, que sejam transversais à dimensão ambiental, económica e social, que permitam conhecer o impacto da atividade do Município e medir a evolução de indicadores ao longo do tempo.

Se não for essa, para já (porque será inevitável), a opção do atual Executivo Municipal, a proposta que hoje trazemos é que o Concelho de Caminha adira à Plataforma ODS Local, uma rede de municípios, pessoas e entidades, coordenada, pelo Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, e que pretende apoiar municípios e organizações de base local a incorporar, no respetivo planeamento e ação, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Apelamos à Câmara Municipal de Caminha que assine, tão depressa quanto possível, a Carta de Compromisso de integração na Plataforma ODS Local, como já o fizeram cerca de 50 municípios a nível nacional.



Assembleia Municipal de Caminha

Como disse anteriormente sobre esta mesma temática, caberá a este Executivo Municipal decidir se apanha a carruagem da frente ou a carruagem de trás nos esforços conjuntos que estão a ser levados a cabo para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a nível local.
Obrigado.”

O **Senhor Vice-Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luis Matias**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, deu início à sua intervenção;

“Dr. Alfredo Eduardo Lourenço Pinto

Dados Biográficos: Alfredo Eduardo Lourenço Pinto. Nasceu em 18/12/1920. Natural da freguesia de Argela, Concelho de Caminha.

Faleceu em Vila Praia de Âncora no dia 06/03/2003 e foi sepultado no Cemitério de Vila Praia de Âncora.

Vida e Obra:

Concluiu a Licenciatura em Medicina e Cirurgia em 1947, na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Exerceu Medicina Privada e integrou os Serviços Médico-Sociais no Concelho de Caminha.

Em 09/09/1979 foi nomeado Vogal Médico da Administração Distrital de Saúde, tendo exercido essas funções durante três anos num período conturbado para a saúde. É nesta data que se faz a integração dos Serviços Médico-Sociais, Centros de Saúde e Hospitais Concelhios.

Merece ainda destaque a articulação que desenvolveu com as Misericórdias com as quais tinha uma linguagem fácil após ter desempenhado as funções de Governador Civil. É nesta data que surge o Primeiro Regulamento Interno do Centro de Saúde de Vila Praia de Âncora, primeiro passo para serem pedidas as verbas para o PIDDAC iniciar as obras.



Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

Assembleia Municipal de Caminha

Foi Presidente da ARS de Viana do Castelo de dezembro de 1982 a fevereiro de 1985. É neste período que se articulam os cuidados primários e os cuidados diferenciados. Concretiza-se, também, o processo do Centro de Saúde de Vila Praia de Âncora e, neste período, são colocados os Serviços Gerais e nível do País.

Foi Presidente da Câmara Municipal de Caminha de 1959 a 1963. Como Presidente de Câmara de realçar não só as obras que concretizou, mas, sobretudo, a qualidade do que era feito num período em que não havia muitos recursos financeiros e não havia o hábito do endividamento bancário.

Como Presidente de Câmara são de destacar entre muitas as seguintes obras: Abastecimento de água a Vila Praia de Âncora e Lanhelas, a eletrificação rural em Riba de Âncora, Argela, Orbacém, Gondar e Âncora; o projeto do Tribunal Judicial de Caminha; a construção da escola de Vilarinho com cantina e muitas outras escolas nas aldeias; a instalação do Parque de Campismo da Foz do Rio Minho e a construção do Clube Náutico da Foz do Rio Minho.

Foi Governador Civil do Distrito de Viana do Castelo de 04/09/1963 a 08/02/1969 e, posteriormente, Membro da Comissão de Coordenação da Região Norte.

Foi Sócio Fundador do Clube Ancorense de Pesca e Caça tendo recebido o diploma de Sócio Honorário.

Na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora foi Presidente da Assembleia Geral de 04/02/1963 a 15/02/1964 e de 27/03/1971 a 26/05/2000. Foi Presidente do Conselho Fiscal de 10/02/1951 a 07/02/1953 e Comandante de 20/04/1952 a 06/02/1954.

Em 1963 recebeu o Diploma de Honra do Sporting Club Caminhense, Club que representou como atleta de remo.

Por Decreto de 18/07/1967 foi distinguido com a "Encomienda de Numero de la Orden de Mérito Civil" concedida por D. Francisco Franco Bahamonde, Chefe de Estado Espanhol.



Assembleia Municipal de Caminha

Em 1971 foi-lhe atribuída a medalha de Ouro do Concelho de Caminha pela sua dedicação ao Concelho quer nas funções de Presidente de Câmara quer nas funções de Governador Civil.

Em 28 de Fevereiro de 2003 foi homenageado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora com a entrega do Crachá de Ouro da Liga dos Bombeiros Portugueses.

"Despretensioso e simples impôs-se mais pelo que realizou do que pelo espanto das suas obras. A sua obra fez-se sentir e os resultados foram colhidos." - Alfredo Mourão, Notícias de Viana.

Hoje, dia 18 de dezembro, comemorava o seu centésimo aniversário.

A Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora e os Ancorenses prestam-lhe homenagem neste dia tão especial."

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes que nos seguem de casa e Comunicação social, deu início à sua intervenção;

"Aproveitando esta Assembleia, a última deste malfadado ano de 2020, não posso deixar de partilhar convosco um estado de alma que penso ser transversal a todos!

Foi um ano difícil, talvez o mais complicado de sempre, marcado pela pandemia, gerando intranquilidade, medo e incertezas. Um ano que irá deixar profundas e duradouras marcas em todos.

Mas é quase sempre na adversidade que nos damos conta da verdadeira essência de quem nos rodeia, que descobrimos com quem podemos contar.

Assim, não posso deixar de enaltecer e agradecer o papel fundamental dos médicos, enfermeiros e auxiliares de ação médica, dos agentes policiais e corporações de bombeiros, dos professores, das auxiliares de educação, dos que cuidam dos nossos idosos, dos presidentes de Junta que estiveram, todos, ao lado das suas populações e finalmente da Câmara Municipal de Caminha,



Assembleia Municipal de Caminha

no seu coletivo mas principalmente ao senhor presidente, e aos senhores vereadores, que desde o primeiro momento estiveram ao lado da população e das nossas instituições.

Poderiam ter feito mais? Talvez,

Poderiam ter feito melhor? Talvez,

Mas a verdade é só uma: Fizeram!

E fizeram desde muito cedo, desde março, quando o concelho ainda conseguia escapar entre os "pingos da chuva" quando comparado com outros, os números ainda não eram tão avassaladores como depois se tornaram.

A intervenção do Senhor Deputado Carlos Videira, obriga-me a alterar a minha intervenção, pois, julgava eu que tudo o que foi feito em todas as áreas, a Câmara Municipal esteve e está presente, numa concertação com as entidades locais, em estreito diálogo com todas as instituições, com o Agrupamento de escolas, com as IPSS, com os comerciantes, com as Unidades de Saúde local, com a proteção civil lançando medidas de apoio às famílias, aos comerciantes, às instituições.

A verdade é que não necessitou, como outros, de 8 meses, para apresentar propostas e tomar medidas, arregaçou as mangas e trabalhou!

Eu, não ia aqui referir todas as medidas que foram postas em prática e que quase todos conhecem pois foram amplamente divulgadas tanto em reunião de Câmara como no site do município como nos dois principais órgãos de comunicação social do nosso concelho e, algumas delas até foram notícia nacional como um exemplo a seguir. Isto deveria a todos orgulhar-nos! Só não as conhece quem não quer, podem até achar-se poucas, mas elas foram aparecendo da melhor forma possível, para ajudar o concelho de Caminha e os seus munícipes, os seus comerciantes e empresários, a minimizar os efeitos tão negativos desta pandemia.

No entanto, a verdade é que, num dos piores momentos do nosso concelho, quando a UNIAO deveria ser a palavra de ordem, quando se deveriam ter posto de lado as diferenças ideológicas e políticas, eis que numas declarações,



Assembleia Municipal de Caminha

no mínimo, deploráveis e ignóbeis, o PSD de Caminha, acusa Miguel Alves e o restante executivo de, e passo a citar:

“estar a fazer show-off....de aproveitamento político pessoal,....de ser "politicamente irresponsável" de ter falta de proatividade,.... de ter feito o básico.... de não ter reunido com as instituições.... enfim: de ser, ele e o seu executivo, um incapaz!”

Como se pode estar na política desta forma? Como se pode ser tão desrespeitoso para com todos aqueles que desde março estão a dar o seu melhor para minimizar os estragos que esta pandemia está a provocar!

Como se pode vir, em novembro, 8 meses após o início da pandemia, e, permitam-me a expressão, após um difícil parto este do PSD de Caminha, apresentar, segundo dizem "propostas concretas" de combate à COVID 19.

Propostas na sua grande maioria já executadas no terreno e outras inexecutáveis por falta de meios.

Dizer que não se pode fechar os olhos a tanta incapacidade deste executivo e ao mero show-off televisivo que se está a fazer é uma afirmação lamentável que o PSD de Caminha proferiu, numa total falta de respeito não só para com o Presidente e o seu executivo mas também para com todos os funcionários municipais, para com todos os presidentes de Junta, para com todos os profissionais de saúde, para com todos aqueles que desde o primeiro momento estiveram e estão na frente desta pandemia mas, principalmente, para com toda a população do concelho de Caminha!

Fazer estas afirmações e vir, passados 8 meses apresentar-se como os "salvadores do momento", isso sim, num completo show-off, e num aproveitamento político desmedido, é apanágio de quem, durante longos anos conduziu o nosso concelho por caminhos dos quais ainda não recuperamos. Dizer que se está aqui para defender e proteger a população que está a sofrer é uma afirmação, deveras esclarecedora para quem esperou 8 meses para se pronunciar, para quem em tempos idos, protegia e defendia as pessoas obrigando-as a exercer funções não compatíveis com a sua categoria e



Handwritten initials and a signature.

Assembleia Municipal de Caminha

colocando as em instalações esconsas. Esta é a forma de proteção e de defesa do PSD.

Caro Presidente e restantes membros do executivo, continuem a trabalhar em prol da nossa população, do nosso concelho, do nosso futuro, como fizeram até agora! Levem-nos a bom porto nestes tempos tumultuosos porque como diz o ditado popular, "as ações ficam a quem as pratica".

Um bom Natal a todos, protejam-se e esperemos que já no próximo ano, possamos todos voltar a ter tranquilidade e paz de espírito para prosseguirmos nas lutas pela nossa terra e pelas nossas gentes!

Disse"

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, Comunicação Social e todos os munícipes que nos seguem de casa, e deu início à sua intervenção;

A 26 de junho defendeu V. Exa. que ninguém pagaria fatura de consumos não realizados;

Defendeu V. Exa., num rosário de bem-aventuranças, uma empresa que está cheia de boas intenções;

Defendeu V. Exa. que o modelo no qual envolveu o município de Caminha era o melhor em qualidade, garantia e economia;

Nessa reunião constatou, contudo, que a saída desta empresa, constituída nos princípios mais salutareis da primazia da água pública, resultaria num prejuízo impagável para o município de Caminha, deixando claro que estamos económica e financeiramente reféns da escolha que realizou.

Disse mesmo que a sua decisão foi impopular e que até lhe iriam retirar votos, mas que sabia que era a decisão certa;

Discordamos porque nenhuma decisão é certa quando retira a liberdade de reorientar a decisão tomada;



Assembleia Municipal de Caminha

Claro que nós entendemos a mensagem de que a divulgação apregoada da impopularidade apenas serve para se tornar popular. E todos sabemos que essa é até uma arma dos extremos políticos, agora com mais notoriedade;

Mas V.exa. sabe, que apenas norteou a sua decisão, com o apoio dos seus camaradas nesta assembleia, a incapacidade da Câmara Municipal de Caminha de gerir o dossier da água;

Jogou com sentimentos da população e dos seus representantes. Da freguesia de Âncora, ameaçou logo com o fim dos investimentos; da freguesia de Riba de Âncora, assustou com o anátema de falta de água, quando na verdade apenas um motor tinha falhado, e não que a freguesia tivesse secado;

Tudo disse para julgar completamente absurdo a avaliação do exercício desta empresa, porque afinal erma todos “bons rapazes”, passo a expressão, que assumiram uma responsabilidade para a qual, afinal, não estavam preparados. E os munícipes de Caminha, que afinal até só são chamados para pagar, não têm motivos, nem eles, nem os seus representantes políticos, para se queixarem;

Explicou, numa pausada lição professoral, que em junho pagaríamos a fatura de março; que em julho pagaríamos a de abril, e assim sucessivamente;

Terminou essa intervenção dizendo que não teria onde enfiar a cabeça se os problemas de faturação persistissem;

Já em setembro, foi pela CDU confrontado com o pagamento de várias faturas em cada mês, retirando liquidez às famílias, abusando nos valores por registos de consumo que ignoraram as leituras dos clientes. Mais, deu até o seu exemplo pessoal de cobrança de três faturas;

A Câmara não está satisfeita com a parceria, no que dizia respeito à faturação, disse, mas num tom mais calmo, não fosse esta assembleia dar-lhe sugestões de onde enfiar a cabeça pela vergonha de ter defendido a empresa em junho, contra os munícipes e o eleitos desta assembleia que ousaram questionar a câmara e sugerir-lhe que fosse pensando num plano B;



Assembleia Municipal de Caminha

Nessa assembleia disse que ninguém pagaria a água que não consumia, ignorando o problema que havíamos apontado na faturação;

Pois sr. Presidente, não só pagamos o que não consumimos como pagamos o que não tratamos;

Não só a empresa não melhorou a faturação ao nível desejado, como não melhor o atendimento;

Dou-lhe também o exemplo pessoal, já que em setembro partilhou connosco o seu;

Como previu a CDU, erradamente foi-me cobrado o 3º escalão em fatura enviada em setembro. Reclamei e conservo o recibo que atesta a receção da minha reclamação a 25 de setembro último. Lembro que com cobranças indevidas no 3º escalão do consumo da água, duplicamos o valor a pagar pela cobrança de saneamento.

Hoje são 18 de dezembro, e continuo à espera da reclamação. Mais ainda, porque muito provavelmente agora se apressam a recuperar leituras até ao final do ano, as cobranças em 3º escalão aumentam, onerando uma vez mais as famílias do concelho de Caminha.

Já nem lhe farei nenhuma pergunta sobre esta matéria para não o obrigar a novo discurso de recreio na defesa dos amigos. Já sei sr. Presidente que o sr. E os seus pares da ADAM são mais capazes e bem-intencionados que os opressivos e resmungões pagadores do concelho do Caminha;

Mas a verdade é que em qualquer empresa do país, quando há incumprimento ou cumprimento defeituoso da relação contratual com o cliente, a empresa obriga-se a ressarcir o cliente;

Neste caso temos o contrário. Como a empresa não foi capaz de cumprir, cobra-se, às vezes bem, outras vezes mal, ao cliente, e ainda se ganha o bónus de ter o presidente da Câmara a defender esta conduta;

Sr. Presidente, como tivemos a possibilidade, no passado, de dar a conhecer a esta assembleia, quando ainda desconhecíamos o descalabro a que se entregaria na gestão da faturação, mas tão só e apenas por entrarmos na



Assembleia Municipal de Caminha

situação de pandemia, em nome pessoal propus, em março, à ADAM a cobrança a todos os clientes apenas de faturação em 1º escalão, mostrando responsabilidade social e solidariedade para com as famílias que estando mais em casa e com novas exigências higiénicas veem os seus consumos aumentar.

Assim não entendeu a ADAM.

Quando finalmente a ADAM reconhece os erros de faturação e interrompe por cerca de três meses a emissão de faturas, poderia ter ela mesmo pedido aos seus clientes, para além das devidas desculpas, se não se importavam que lhes fosse cobrado todo o consumo em atraso pelo 1º escalão, já que a culpa era da empresa, e sendo tudo gente bem intencionada, dessa forma se repartiriam os prejuízos, é que de outra forma os clientes poderiam até negar-se ao pagamento pelo incumprimento da empresa.

Pois não, a empresa assume uma postura interessantíssima, sobretudo para os que apregoam o seu cariz público, quase benemérito, num espírito de missão que nos vais salvar a todos. Então o que faz:

1. não pede desculpa;
2. continua a produzir faturas erradas;
3. Não responde às reclamações;
4. Cobra água pelo 3º escalão;
5. Cria a confusão para que já ninguém saiba o que anda a pagar;
6. Lança para o terreno político os presidentes de Câmara para defenderem esta forma de estar e agir da empresa.

Deixamos um último pensamento sobre esta matéria. Quando no exercício 2001-2005 a Câmara Municipal de Caminha se viu confrontada com faturação da Águas do Minho e Lima (na altura) que, no seu entender, não correspondiam aos reais consumos dos munícipes do concelho de Caminha, a Câmara não pagou as faturas. Esta atitude veio a revelar-se lesiva a médio prazo, mas foi uma tomada de força na defesa das populações do que resultou o reconhecimento posterior da empresa de pagamentos devidos ao município



Assembleia Municipal de Caminha

de Caminha. A Câmara Municipal de Caminha agora não só não salta para o terreno para defender os munícipes, como ataca aqueles que os querem defender.

Por ironia do destino, quer uma forma de agir, quer outra, resumem-se ao mesmo, ou seja, quem acaba por pagar são os munícipes do concelho de Caminha.

Não deixaríamos de nesta intervenção invocar a quadra para reconhecer uma vez mais as dificuldades porque atravessamos pelas questões de saúde. Elas trouxeram muito de negativo, mas também despertaram o cidadão para a consciência cívica e para os abalos na vida coletiva.

Saudamos a Câmara Municipal por encontrar alguns momentos de conforto, valorizando a cultura e a arte, áreas que nos alimentam, enriquecem e aconchegam a vida em sociedade e que nestes tempos foi seguramente o setor mais afetado por todas as restrições impostas.

Recordamos, ao tempo que nos congratulamos, com a construção do novo edifício de 1º Ciclo e que servirá igualmente para o ensino articulado da música, sendo uma evidência que peca por atraso, não que com estas palavras se meça uma crítica à ação da Câmara Municipal mas porque a pandemia mostrou que este nível de ensino não deveria, de todo, estar a funcionar nos mesmos espaços dos restantes ciclos, como acontece em Vila Praia de Âncora.

Apelamos à Câmara Municipal de Caminha para que volte a olhar para a ocupação da via pública. Neste cenário de COVID-19 foi evidente a necessidade de dar espaço aos peões. Insistir em manter passeios pedonais partilhados com bicicletas, trotinetas elétricas e esplanadas, não nos parece um bom princípio e esta é a altura ideal para se pensarem outras soluções. Soluções urgentes também noutras vias, mais ainda após as intempéries dos últimos tempos. Em algumas situações, na opinião de alguns munícipes, os pisos até seriam recentes, mas por razões que caberá ao executivo averiguar,



[Handwritten marks and signatures]

Assembleia Municipal de Caminha

encontram-se agora danificados, dificultando a circulação de veículos e pessoas.

Apelamos, por fim, à resistência popular para, cumprindo com todas as normas da DGS, não se tornem vulneráveis à expropriação das suas liberdades e garantias fundamentais. É neste quadro que recordamos a todos que a atividade política e sindical se mantém, e é neste modelo de democracia representativa que queremos deixar claro que a CDU não aceita a suspensão da liberdade para que se dê espaço ao desinvestimento no setor público e na esfera municipal, em particular, de meios capazes de garantir a sobrevivência económica, emocional e a própria cidadania.

Disse”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, Comunicação Social e a todos aqueles que nos acompanham a partir de casa, e uma vez que se está no Natal, disse que dentro dos sacos que ali estão do Município de Caminha está a edição de um livro sobre os Cemitérios de Caminha que tem como autora a Arquiteta Lurdes Carreira. Trata-se de uma edição do Caminha2000, e o executivo gostava de oferecer a cada um dos Senhores(as) Deputados(as) e Senhores(as) Presidentes de Junta de Freguesia, esta edição como lembrança e tradição desta época de Natal, mas, também como um trabalho muito meritório sobre os cemitérios de Caminha, um trabalho que justifica um novo olhar sobre estes espaços, que ao contrario sobre o que se pensa, são espaços de vida e de vivencia comunitária e tem em si muitos traços que dizem como fomos, como somos e aquilo que foi o nosso percurso enquanto comunidade.

De seguida, o Senhor Presidente dá alguns esclarecimentos sobre as questões ali colocadas. E, relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse que não é novo o seu posicionamento sobre a criação da parceria publica das Águas do Alto Minho, que engloba sete Municípios do



Assembleia Municipal de Caminha

Alto Minho e a empresa pública, que são as Águas de Portugal. Na verdade, este arranque tem sido difícil, os problemas surgiram, tiveram maior ênfase no passado, mas, hoje, as circunstâncias são melhores, e não nega que ainda existem problemas alguns daqueles evidenciados ali pelo Senhor Deputado. E, não estando o Município em nenhum órgão de gestão das Águas do Alto Minho, tem-se batido nas reuniões informais que tem com o conselho de administração para que estes problemas possam ser resolvidos, e no contexto global o Município de Caminha não é dos mais castigados, existem situações caricatas, e situações mesmo que não sejam da responsabilidade direta das Águas do Alto Minho, passam a ser de tal modo irritantes porque acontecem que os deixa um pouco transtornados, como por exemplo das últimas notícias, que a referência para pagar no multibanco está errada, mas, a qual passa por ser uma da responsabilidade dos CTT que foi contratado para isso, e, sobre essa matéria julga que não consegue dar mais explicações, porque, leva muitas dessas dúvidas para essas reuniões informais tentando obter resultados. Porém, não tem dúvidas que existem erros, erros sustentados em más leituras, erros por falta de leituras e fazem-se estimativas, mas, independentemente de haver um erro em uma ou duas faturas, no final, ninguém deverá pagar mais do que a água que consume, para além das tarifas fixas, e, essa situação terá que ficar resolvida como todas as outras que surgiram. Do ponto de vista da parceria, disse o Senhor Presidente que já ali a explicou várias vezes, e não é por falta de inteligência do Senhor Deputado, a quem a reconhece, contudo, não o irá conseguir convencer daquilo que é a opinião do executivo sobre esta matéria. O Concelho de Caminha, como muitos outros Concelhos não conseguia sustentar aquilo que era a rede de água que tinha na sua dimensão, de distribuição, de tratamento de resíduos, não se conseguia fazer mais investimento, já não se conseguia dar resposta às avarias, não se conseguia dar sustentabilidade com cerca de novecentos mil euros de défice anual, com a água que o executivo pagava relativa às pessoas, e a verdade, é que a partir do momento exato em que se deixou de sustentar



Assembleia Municipal de Caminha

este défice, também foi quando as contas começaram a equilibrar na Câmara Municipal de Caminha. Disse ainda o Senhor Presidente que a água tem mesmo um preço, não se pode dizer que a água é um bem essencial, e achar-se que esse bem essencial não tem valor mensurável em dinheiro e é pago, e as pessoas talvez não se tenham apercebido anteriormente, mas, grande parte da fatura das pessoas era paga pela Câmara, do dinheiro que arrecada através dos impostos e que depois não lhe permitia fazer outras obras, ou seja, cerca de 900 mil euros das faturas pagas anualmente eram pagas pela Câmara Municipal. Logo, teve que se fazer uma proposta ao Município de Caminha, como outros sete Municípios de diversas cores partidárias, chegou-se a uma conclusão, que seria melhor se trabalhar em conjunto de acordo com as normas das entidades reguladoras, dando um preço á água que fosse equilibrado entre aquilo que as pessoas genericamente podem pagar e dentro daquilo que é sustentável do ponto de vista daquilo que é a distribuição de água. Fazer distribuição com ramais por todo o Concelho com quilómetros de tubos de saneamento e distribuição de água, custa dinheiro, e esse dinheiro não cai do céu, esse dinheiro vem de cada um dos munícipes e ao ser aplicado numa coisa deixa de ser em outra, trata-se de uma decisão racional e dolorosa que sente muito, porque é mesmo impopular Senhor Deputado, ainda ninguém lhe bateu nas costas a dizer parabéns Senhor Presidente, com esta parceria das águas tomou uma grande decisão, avançou para um grande projeto e não votava em si, mas, agora vou votar, logo, nunca ouviu que isso acontecesse e já tem alguma experiência nestas questões eleitorais, aquilo que lhe parece é que esta matéria só o pode penalizar eleitoralmente nas próximas eleições. No entanto, acredita que esta parceria é solução, porque todas estas contas o levam a dizer que só assim se consegue dar sustentabilidade á rede, mas, também é preciso dizer ali ao Senhor Presidente da Junta de Venade que já está a fazer obra no Castanheirinho, que já arrancou com obra em Azevedo, dado que esta Freguesia não tinha um centímetro de saneamento, e, dizer ao Senhor Presidente de Junta de Âncora, que é muito exigente naquilo que é a



Assembleia Municipal de Caminha

sua rede de saneamento, que irá arrancar com obras em março no lugar da Lage e Laboradas e dizer ainda ao Senhor Presidente da Junta de Moledo que hoje se fez representar que finalmente consegue fazer rede de águas no Lugar de Águas de Enfroi e rede de saneamento no Lugar de Felo, e portanto, Senhor Deputado não se consegue convencer e não vai ali dirimir mais argumentos, julga que todas essas situações, e o sentimento epidérmico de irritação por determinados tipos de erros é exatamente o mesmo, não está nos princípios de acordo, relativamente aos erros naturalmente que estão de acordo porque eles não se devem repetir, aquilo que se tenta fazer é alertar, corrigir, mas, neste momento não tem os meios diretos para poder corrigir, isso não está ao alcance do Município está ao alcance dos técnicos das Águas do Alto Minho, e espera que essa situação possa ainda ser melhorada, e neste momento julga que a situação é melhor que a alguns meses atrás. Todavia, disse o Senhor Presidente que para ele seria mais fácil bramar contra as Águas do Alto Minho, que se iria avançar com processos judiciais, mas, não vai fazer isso porque parte desse espetáculo não vai trazer benefícios para a população do Concelho de Caminha, aquilo que a população quer perceber é que aquilo que paga na água é correspondido com um bom serviço, porque isso é o fundamental.

Relativamente à intervenção do Senhor representante da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, disse o Senhor Presidente que a homenagem que ali foi feita em texto, é justa e certamente o executivo encontrará formas de a fazer ao Dr.º Alfredo Pinto, também com a família que seguiu as suas pisadas em muitas dimensões, e entre a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora e o Município de Caminha a família e muitos que reconhecem o percurso do Dr.º Alfredo Pinto que se possa fazer uma homenagem que deixe nas atuais gerações de Vila Praia de Âncora a memória de um percurso que é meritório.

Quanto ao COVID 19, disse o Senhor Presidente, que a título informativo vai ali dar uma breve explicação, até, porque a Senhora Deputada Paula Aldeia frisou ali muitas medidas aplicadas pela Câmara Municipal quanto a essa matéria, no



Assembleia Municipal de Caminha

entanto, informa que este ano tem sido particularmente muito difícil e exigente para todos. O Concelho de Caminha como o Mundo acordou para uma situação pandémica para a qual não se estava preparado e resistiu-se dentro do possível de acordo com os recursos de cada um. E, desde que este episódio começou no Concelho de Caminha, em março, desde esse momento que se está a trabalhar; instituições ligadas ao apoio ao idoso, escolas, Bombeiros, Policia, Farmácias, supermercados, comércio, Presidentes de Junta, executivo camarário, não se esteve a brincar até que isto atingisse determinado número. Desde março, esteve-se a trabalhar para conter os efeitos sanitários da pandemia, mas, também os efeitos económicos e sociais, e julga que será justo reconhecer que esse percurso foi bem feito, apesar da oposição mais à direita não o reconhecer. Realizado em condições de grandes dificuldades, e, o Verão tão importante para a economia do Concelho correu bem. É, preciso sublinhar que nos meses de junho, julho, e setembro, genericamente as empresas do Concelho de Caminha que trabalham no atendimento ao público, e que por isso tem uma prestação de serviços à população e aqueles que nos visitam genericamente faturaram mais do que em anos anteriores, e em agosto faturaram mais ou menos o mesmo, porque é impossível atingir picos quando se está num mês de agosto que se acaba sempre por se vender. A Câmara Municipal tenta encontrar determinado tipo de medidas como a administração Central o tenta, é o trabalho das instituições e das empresas, mas, enquanto as coisas correram bem não tinha nada a ver nem com a Câmara nem com ninguém, foi-se equilibrando apesar de se ter casos registados, foi-se encontrando soluções, estando tudo mais ou menos controlado, e lembra que até ao final do mês de setembro no conjunto do Concelho de Caminha, tinha-se 43 casos confirmados, e no pico de novembro houve dias em que praticamente atingiu-se este número em apenas um dia, e, até aí não se ouviu a oposição a ter uma palavra de consideração pela população e instituições. Mas, na primeira oportunidade em que a situação se começou a descontrolar e sobretudo quando entrou num Lar do Concelho de



Assembleia Municipal de Caminha

Caminha atingindo genericamente os trabalhadores e os utentes desse Lar e precisou de ajuda, foi quando se libertaram as vozes de quem decidiu atacar a Câmara e na Câmara acreditem atacaram todas as instituições e todos aqueles que trabalham na sociedade civil, por puro interesse político-partidário não acrescentando em nada ao combate à pandemia. O Concelho teve até ao final do mês de setembro o controlo da pandemia, mas, em outubro começaram a crescer o número de casos confirmados, teve-se uma média de 4,3 casos por dia, no mês de novembro já se teve uma média de 9,4 casos por dia, e até ao dia de hoje referente ao mês de dezembro tem-se uma média de 7,2 casos por dia. E, o critério utilizado para cumprir e definir os mapas de risco, em duas semanas o Concelho tinha uma média de novos casos que chegou a passar os mil casos por cem mil habitantes em apenas duas semanas e esse pico foi atingido no dia 18 de novembro, tinha mais de mil casos nas duas semanas anteriores por cem mil habitantes, neste momento o Concelho está com 415 casos por cem mil habitantes, passou de ser o pior Município neste índice, para ser atualmente o quinto Município, infelizmente acima de nós está Ponte de Lima, Ponte da Barca, Monção e Viana do Castelo. O executivo tem tido um trabalho, que os honra na dedicação que colocam, como por exemplo todos diziam que seria um inferno a abertura do ano letivo, no entanto, as escolas do Concelho de Caminha estão a funcionar com um enorme trabalho do Agrupamento, dos professores dos funcionários, das famílias, mas, também da Câmara Municipal. Também, todos diziam que se teria uma pandemia total nas instituições do Concelho, na verdade, houve duas situações preocupantes uma no Centro de Bem Estar de Seixas, outra no Lar dos Mareantes, mas genericamente com grande trabalho de todos que tecnicamente prestaram um serviço nesses locais, ou em voluntariado, e conseguiu-se controlar as situações dentro do possível. Disse ainda o Senhor Presidente que todas as empresas que trabalham no comércio conseguiram implementar regras e levaram um murro no estomago quando lhe atacaram a sua dignidade e o seu profissionalismo e o trabalho que vem efetuando, e isso não é digno de um



Assembleia Municipal de Caminha

combate que exige unidade. Porém, sobre a Câmara Municipal disse o Senhor Presidente ao Senhor Deputado que como é natural ele não está cá todos os dias, e não conhece a realidade do Concelho, e aquilo que a Senhora Deputada Paula Aldeia ali disse é uma parte do trabalho que a Câmara foi efetuando, e daquilo que o Senhor Deputado ali deixou, está praticamente tudo executado ou a ser realizado. O Gabinete de Crise existe, é do Presidente da Câmara, onde trabalha com os Senhores Vereadores todos os dias, e aonde todas as semanas recebe empresários, instituições, polícia, bombeiros, logo, o Gabinete de Crise existe. O pacote de incentivo às empresas foi aprovado com variadíssimas iniciativas às empresas dentro das condições do Município, no entanto, o Município não tem um cofre com barras de ouro prontas a serem torradas, quando é necessário, isso infelizmente não tem. A Câmara Municipal só em despesas COVID, já teve 623 236,78€, isto para assegurar material para as escolas, para que a época banhear corresse bem, para subsídios às instituições, para comprar equipamento de proteção individual, e a este valor acresce 37 500€ que foi o pagamento das tarifas fixas durante três meses de água, saneamento e lixo a todas as empresas do Concelho de Caminha, a este valor acresce uma subida de 266% no apoio social que se deu às famílias no pagamento de faturas de água, eletricidade e rendas de casa, por isso, Senhor Deputado existe um programa de emergência social no Concelho de Caminha, que paga habitação, alimentação e até saúde, existe um programa de apoio ao medicamento gratuito o qual tem 45 beneficiários no Concelho de Caminha. Um programa de saúde mental, o Senhor Deputado deve primeiro falar com os seus colegas, porque quando este executivo aprovou sozinho para que o imóvel da Escola de Vilarinho pudesse ser entregue à APPACDM para poder valorizar o trabalho de apoio à saúde mental no Concelho de Caminha, para se poder ter ali uma instituição, a bancada do PSD votou contra, mas, antes de se fazer o plano, como o Senhor Deputado gosta muito dos planos, o executivo tenta concretizar, logo, deve falar com a sua bancada porque se calhar a sintonia é um pouco diferente.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda o Senhor Presidente, que até mesmo para a votação das Presidenciais que estão a preparar já saíram informação e folhetos e só hoje é que saiu a informação da DGS sobre como se pode fazer o voto casa a casa.

Para concluir o raciocínio anterior o Senhor Presidente disse que para além dos 623 236,78€, e de todas as despesas que acrescentou ainda se tem que acrescentar que a Câmara Municipal abdicou genericamente de 150 mil euros de receita, a qual tem a ver com o espaço público, publicidade, rendas dos mercados, ou seja, Senhor Deputado o que é difícil é perante esta soma de despesa que anda à volta dos 700 mil euros, mais os 150 mil euros de receita que o Município abdicou, está ali a falar de 850 mil euros que se podem aproximar de 1 milhão de euros, e o executivo pode fazer tudo e o seu contrário, e pergunta o que é que se vai debater a seguir no orçamento? E o que os Senhores Deputados do PSD vão propor no orçamento? mais despesa e menos receita, mas, isso não é sério, porque isso não existe, e todas as pessoas que nos acompanham sabem que isso não é possível, porque não é possível pedir que para o próximo ano se compre um Ferrari, mas, abdicando em parte do salário que tem em prol do seu patrão, isso não é possível. Não, se está em tempo de andar enganados porque não se está nesse tempo. Está-se em tempo de mobilizar, porque este problema da COVID tomou conta de todos os nossos dias e tem demonstrado alguma capacidade de resistência do Concelho, e essa capacidade está nas inúmeras empresas que tem resistido a aguentar os seus empregados dentro dos limites, fazendo o possível para encontrar soluções. E, do ponto de vista do emprego, o que se tem que aceitar é que esta pandemia tem um efeito duro sobre as empresas, o Concelho de Caminha tem resistido, no entanto, os números dos desempregados são públicos e o Concelho começou o ano com 320 desempregados, e, em março, logo que chegou a pandemia cresceu para 358 desempregados, em abril e maio continuou a subir para 478 desempregados, mas, em junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro o número de desempregados decresceu e neste momento tem-se 381 desempregados inscritos, são mais 71 do que em



Assembleia Municipal de Caminha

janeiro quando se estava bem, mas, também são menos 97 do que o número de desempregados que se tinha em maio no pico do desemprego. não obstante, para explicar esta diferença, por exemplo em novembro do ano 2019 sem pandemia depois de um Verão forte, tinha-se 311 desempregados inscritos, ou seja, hoje tem-se mais 70 desempregados inscritos. No entanto, bastou uma empresa do Concelho de Caminha com 70 empregados de Vila Praia de Âncora, fechar no primeiro dia após a Pandemia ,para que houvesse um aumento de mais 70 desempregados no Concelho de Caminha, porém, não se lembra que PSD tenha soltado um “ai” a propósito da dificuldade desse despedimento, nem daquilo que justificou esse despedimento nesse momento, e é por isso que o PSD chega sempre atrasado e mais uma vez chega atrasado a esta matéria, seria bom que tivessem participado com as ideias quando elas eram necessárias, porque aquilo que se vai ver nos próximos tempos é que tudo aquilo que era mal, passou a ser bom, passou também a ser o testemunho de uma proposta do PSD e as coisas não são verdadeiramente assim. Portanto, uma palavra a todos aqueles que tem lutado contra esta pandemia, uma palavra de esperança, porque, se irá superar esta dificuldade, mas, o ano de 2021 vai ser um ano muito difícil, irá ser mais parecido com o ano 2020 do que com o ano 2019, agora, todos estaremos para o enfrentar da melhor maneira, com os melhores recursos e dentro da capacidade de união que é fundamental para a vitória.

O Senhor Presidente da Mesa, propôs o período de réplica.

O Senhor Deputado Carlos Videira, faz uma réplica à intervenção do Senhor Presidente e à intervenção da Senhora Deputada Paula Aldeia, e disse que apesar de não estar ali todos os dias porque a sua vida profissional não lhe permite, como não permitiu em determinado momento da vida do Senhor Presidente, apesar disso, está ali a dar o seu contributo. E, conhece o ofício que o Senhor Presidente da Câmara endereçou aos Senhores Vereadores do



Assembleia Municipal de Caminha

PSD, com 35 medidas que a Câmara Municipal levou a cabo e que algumas replicadas ali pela Senhora Deputada Paula Aldeia. Não obstante, na sua intervenção inicial disse que era devido um papel de reconhecimento à autarquia, da mesma forma que o fez nas duas últimas sessões da Assembleia Municipal, uma ata já aprovada e uma outra por aprovar, porque todos são sabedoras do papel que ali ocupam na Assembleia, as maiorias suportam o executivo municipal, as oposições procuram fiscalizar e propor alternativas, melhorias de uma forma construtiva, e o tempo de cada partido é limitado, não tencionava a Senhora Deputada que ele gastasse o tempo que é limitado do Partido Social Democrata, a reler aquele que foi o ofício do Senhor Presidente da Câmara endereçado aos Senhores Vereadores do PSD, por muito respeito e apreço pessoal que tem pelo Senhor Presidente. Mas, da parte do Partido Social Democrata foram propostas várias iniciativas algumas coincidentes sem dúvida, ninguém inventou a roda no combate à pandemia, as iniciativas são coincidentes muitas vezes de governo para governo de país para país, e são coincidentes as iniciativas que o Município de Caminha tomou relativamente a outros municípios a nível nacional, independentemente daquela que é a sua cor partidária, no plano sanitário, no plano económico e no plano social, no entanto, existem algumas medidas que não se realizaram e o Partido Social Democrata decidiu dar o seu contributo de uma forma construtiva, foi dado em março, outubro e novembro, nas várias Assembleias Municipais que houve. A constituição do Gabinete de Crise, é verdade o Senhor Presidente de Câmara já revelou que é o seu próprio gabinete, mas, este executivo municipal tem vindo a criar vários órgãos de concertação para reunir as instituições, para reunir as partes interessadas, se este fosse o entendimento da Câmara Municipal desde o início não compreenderiam de maneira nenhuma a proposta de ordem de concertação que o Município levou a cabo nomeadamente no âmbito do Conselho Municipal da Juventude ou do Conselho Económico-social no que diz respeito ao plano de saúde mental, é uma verdade que gosta de planos, porque não acredita em políticas públicas que não sejam construídas



Assembleia Municipal de Caminha

através de dados, estratégias e do envolvimento das partes interessadas, quando se tem uma boa tática, está-se sempre próximo. E, por isso, a bancada do PSD procurou ali dar algumas propostas do ponto de vista daquilo que é a concertação com o gabinete de crise, e do ponto de vista daquilo que é a saúde mental, não se resume àquilo que o Senhor Presidente de Câmara referiu de uma proposta que foi chumbada pelo Partido Social Democrata, o que não quer dizer que se chumbe uma proposta a uma determinada matéria, e que não se possa ter qualquer pensamento sobre aquilo que são as questões de saúde mental. E, no que diz respeito às medidas tomadas no âmbito económico e financeiro, porque essas medidas foram tomadas, mas, se calhar está na altura de as calibrar, ou de passar da isenção de todos ou daqueles que tem quebras a nível de faturação em função do setor que mais foi afetado pela pandemia.

Para terminar disse o Senhor Deputado que ali procuram dar o seu contributo, mas, cabe ao executivo municipal decidir se o quer aceitar ou não e depois responder por isso. Disse ainda o Senhor Deputado em relação à intervenção que fez a Senhora Deputada Paula Aldeia em relação àquele que foi um acórdão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, é um acórdão que existe e que independentemente daquilo que são as nossa convicções, as decisões dos tribunais são para aceitar e respeitar, mas, os acórdãos não podem ser lidos por fascículos porque aquele acórdão não se refere única e exclusivamente aquilo que ali a Senhora Deputada referiu, diz também respeito ao exercício de funções do trabalhador não remunerado num período bastante anterior àquele que diz respeito àquela versão, no entanto, para esse julgamento não vai ali sacar qualquer tipo de responsabilidade, o julgamento é feito pelos tribunais, o outro tipo de julgamento que existe que é um julgamento político é feito naturalmente pelos eleitores nas urnas.

Por fim disse o Senhor Deputado, que aquilo em que acredita é que todos os presidentes, todos os vereadores de todos os executivos municipais do Concelho de Caminha sejam do Partido Socialista, do Partido Social



Assembleia Municipal de Caminha

Democrata, incluindo este executivo fazem o melhor que podem de acordo daquilo que são as suas convicções, e aquilo que os separa ali são convicções e são essas as únicas que devem debater.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, agradeceu a oferta que foi dada pelo executivo camarário.

Disse o Senhor Deputado que não existe forma de os convencer, e não é por falta de inteligência do Senhor Presidente que também a reconhece, para compreender aquilo que os separa nesta matéria, a CDU também já compreendeu a posição do Partido Socialista, e isto já não é assunto para se discutir, como foi referido na intervenção inicial, disseram que não iam fazer perguntas sobre essa matéria. Porém, também apontaram algumas soluções, e não gostam que se confundam aquelas que são as leituras que o executivo faz e aquele que é o exercício político que a CDU também faz quando vai na rua e conversa com os munícipes do Concelho de Caminha. Senhor Presidente, a CDU está convencida que as coisas não estão nada melhores, e estão convencidos que os munícipes pouco a pouco estão a ser vencidos pelo cansaço, porque, não obtêm respostas e nem sempre sentem o apoio do executivo camarário, e essa forma de luta como ali referiu não é uma tomada de posição mais forte por parte da Assembleia Municipal, era sim apresentar soluções de uma forma mais concreta que obtivesse um efeito mais positivo e que de alguma forma acalmasse aqueles sucessivos meses a serem cobradas faturas excessivas, ou demasiadas recebidas em um curto espaço de tempo. No entanto, estes últimos dois meses corrigiu-se essa matéria e as faturas passaram a vir a um ritmo mais aceitável, mas, a CDU apresentou ali uma outra medida, porque quem falhou foi a empresa e não os munícipes do Concelho de Caminha, e a proposta seria que tudo que está em atraso de pagamento passa-se para um primeiro escalão, era o mínimo que se exigia a uma empresa que falhou para com os seus clientes, ou perdoava totalmente essa dívida, mas, nem isso foi ali pedido, porém, tudo que está em atraso seria



Assembleia Municipal de Caminha

o pagamento no primeiro escalão, porque tudo isso também se reflete no saneamento, não se trata apenas do pagamento da água, porque com o saneamento duplica o valor das faturas, e as pessoas estão cansadas e sentem-se desmoralizadas, e portanto, as pessoas precisam de algum conforto e de alguma solução, por conseguinte, seria isso que a CDU pedia, essa tomada mais vincada de posição.

Disse ainda o Senhor Deputado que o Senhor Presidente não precisa de palmadinhas nas costas, porque tem noção do que é, e do papel que tem nesta comunidade, e ali na Assembleia recebe muito mais que palmadinhas nas costas dos seus correligionários do Partido Socialista, autênticos louvores nesta matéria e em outras matérias, mas, não é correto dizer que a oposição não reconhece o papel do executivo camarário nesta matéria de luta que todos estão a travar contra a situação da pandemia que todos estão a viver. No entanto, estive a consultar as atas, e em junho a CDU e não só, reconheceu o envolvimento da Câmara Municipal de Caminha, a articulação com as instituições, as Juntas de Freguesia e as famílias que para a CDU foram os verdadeiros heróis em todo o processo porque foram eles que num primeiro sufoco tiveram que viver com o problema nas suas próprias casas, na gestão da sua vida familiar. E, reconhecem o papel fundamental nesse momento de conforto e de encontrar medidas do executivo camarário.

Disse.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse ao Senhor Deputado relativamente à água que percebe aquilo que disse, e essa proposta já foi feita e não foi aprovada pela maioria do capital, nem sempre é possível convencer todos para se poder tomar as medidas corretas.

Quanto à questão do apreço e das palmadinhas nas costas, disse o Senhor Presidente que é importante que haja reconhecimento de trabalho e o executivo fá-lo em relação as instituições, e muitas vezes não se faz à instituição município. Mas, quanto à matéria da oposição disse que distinguiu



Assembleia Municipal de Caminha

entre oposição, não disse que era a de esquerda, mas, distinguiu a de direita que nessa matéria tem mais dificuldades em poder reconhecer o trabalho que é feito.

Relativamente ao Senhor Deputado Carlos Videira, disse o Senhor Presidente que tem muita consideração por ele, e tem dificuldades quando está ali a ouvir em considerá-lo como deputado do PSD, porque trás o verniz que muitas vezes não se vê aos responsáveis do partido que ali representa, e, a Senhora Deputada Paula Aldeia mencionou os ataques aos quais ele e Câmara Municipal foram alvo, o que não tem nada a ver com o discurso que ali fez, mas, reconhece a diferença brutal que existe entre o discurso do Senhor Deputado que é contributivo, apesar de não concordarem com tudo, existem lapsos, omissões, algum desconhecimento no terreno, mas, retira-lhe totalmente o discurso a que a Câmara está votada nesta matéria na praça pública pelos dirigentes máximos do partido que representa, e por todos aqueles que um dia querem alcançar aquela cadeira em que se senta, todos reconhecem que há formas de criticar e que algumas são ofensivas. E, por exemplo o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro e a CDU, são a força partidária que ali fazem a verdadeira oposição, porque apresentam alternativas e fazem as críticas, que muitas vezes são as mais difíceis de responder, Senhor Deputado, palmadinhas nas costas ficam empatados! E o Senhor Deputado Carlos Videira, trata-se de homem que tem um percurso muito interessante o qual reconhece, e tem muito apreço por aquilo que ali vem dizer e até o refrescar do discurso do PSD que também não é de todos os deputados, e a sua memória até esquece dos insultos do quais é alvo. E, lembra ainda o Senhor Presidente que quando se está no pico da pandemia, com 200 casos no Concelho de Caminha, quando o executivo conhece quase todas as pessoas que tiveram casos, com uma situação muito difícil no Lar, que de um momento para o outro se viu com todos os utentes contaminados e grande parte dos funcionários, e a começar a ter óbitos, e neste momento no Concelho de Caminha já tem 21 óbitos e 16 foram em contexto de Lar, e



Assembleia Municipal de Caminha

quando se olha para o lado, quando existe uma campanha para mobilizar a população, quando decide naquele sábado de manhã com aquele problema, em que de repente ficam sem ninguém para ajudar no Lar, e teve que mobilizar todas as suas forças, e, no outro dia seguinte logo de manhã recebe a notícia de que tinham falecidos mais duas pessoas, que não havia resposta, aí decidi com a Instituição e com a Segurança Social, pôr a “boca no trombone” como se costuma dizer, e foi daí que surgiu aquele impacto público, nesse dia fez-se um bom trabalho, porque os resultados que não existiam no domingo de manhã, passaram a existir no domingo à tarde, a Segurança Social, o Estado deram resposta, e até a população se mobilizou, correu de acordo com o que estava planeado. E, de repente o dirigente máximo do PSD, passa a insultar o Presidente, que é um incapaz, um impreparado e etc., é demais e não é isso que os Caminhenses querem, quando fala dos Caminhenses fala desde a ponta de Âncora até á ponta de Lanhelas, e isto é aquilo que lhe quer dizer, é a bancada do Senhor Deputado que destoa do seu discurso, porque o seu discurso é mais próximo do pensamento do PS e da lisura do discurso da CDU, do que da forma do seu partido aqui no Concelho de Caminha, portanto, termina o Senhor Presidente a dizer que tem muita consideração pelo Senhor Deputado, a maior parte da crítica que ali fez é o pensamento do seu partido, estão ali para aprender e melhorar, existem muitos erros que cometeram e vão melhorar, mas, há muita coisa que fizeram, e este tem sido um tempo muito difícil para todos, e para ele tem sido um ano muito difícil, porque acaba por levar para casa os problemas das pessoas, os problemas que acontecem nos Lares, o choro dos familiares que não conseguiram enterrar condignamente o seu familiar, e ele também não é de ferro, e as vezes custa ouvir e não é assim que se fazem as coisas, e foi por isso que disse ali o que disse, não o deveria dirigir ao Senhor Deputado, mas, todos têm que aprender lições dos tempos que correm.



Assembleia Municipal de Caminha

3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – **Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo**

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, agradeceu as informações escritas, elas estão bastante completas, no entanto, tem duas questões. A primeira tem a ver com a apresentação de resultados do exercício virtual do “Oil Spil”, pela leitura não ficaram informados, se este estudo de impacto prevê alguma situação mais crítica para Concelho de Caminha, a acontecer, pergunta se está previsto neste estudo alguma forma de se poder acorrer a qualquer impacto causado por algum derrame por exemplo na nossa Costa. E, também aonde poderão consultar na integra este estudo, para se inteirarem um pouco mais do seu conteúdo.

Disse ainda o Senhor Deputado, quanto à realização no Concelho de Caminha do VIII Triatlo Longo de Caminha, pergunta se fizeram alguma avaliação do impacto ambiental, que pode causar este tipo de atividades com a utilização das garrafas de água em plástico, suscitou-lhe alguma preocupação, logo, pergunta se fizeram algum tipo de avaliação sobre o impacto causado.

Para terminar, em relação à Travessa do Teatro, pergunta o Senhor Deputado uma vez que está ali referenciado o acompanhamento das obras, pergunta se os prazos previstos serão cumpridos e para quando está prevista a abertura da Travessa do Teatro.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que o exercício virtual do “Oil Spil”, foi uma atividade que o Município de Caminha consolidou com o Instituto Tecnológico Galego e com Marinha Portuguesa, nomeadamente com Institutos próprios da Marinha Portuguesa e quiseram fazer ao largo de Caminha uma avaliação da experiencia para perceber como é que as correntes



Assembleia Municipal de Caminha

trabalhariam no caso de um derrame semelhante ao do Prestige há uns anos atrás. Aquilo que eles fizeram, foram exercícios durante dois dias, permitindo a colocação de determinado tipo de boias em determinados tipos de lugares e avaliam como se comportariam essas boias, porque seria essa a função que daria o caminho de um derrame que acontecesse em determinada localidade, esse exercício é avaliado e monitorizado dias em determinadas condições climáticas, e de seguida avaliam se os modelos estavam de acordo com os que criaram e se necessário alteram os modelos para aquele que seria mais ajustado no futuro, e, assim, podem determinar o comportamento desse derrame, como, por exemplo, se sobe, se está inclinado e etc., este é um modelo matemático, e esta ação envolveu determinados Institutos Galegos, Portugueses, e a Marinha Portuguesa obteve dados os quais vão ser analisados e comunicados a todas as entidades, e não existem dúvidas que hoje se está muito mais bem preparado do que se estava quando se deu o derrame do Prestige.

Relativamente ao Triatlo Longo e Caminha, disse o Senhor Presidente que julga que não tenha havido uma avaliação do impacto ambiental, e, sabe que se refere à utilização das garrafas de plástico, que vão sendo atiradas à medida que os atletas passam, mas, embora haja colocação de contentores em determinados lugares e pessoas para recolherem as que caem ao chão, no entanto, vai falar com a organização para que façam o registo dessa matéria.

Quanto à passagem da Travessa do Teatro, em Vila Praia de Âncora, disse o Senhor Presidente que a possibilidade da linha do Minho ficar eletrificada, seria até ao final do ano, e não tem qualquer informação em contrário, e admite que isso possa não ser certo, porque à data de hoje ainda não fizeram aqueles momentos muito polposos da primeira viagem, mas, não será muito longe do final do próximo ano, porque a linha está praticamente concluída, esta é uma obra muito complexa e julga que no final do Inverno a passagem propriamente dita, e obra ainda terá que ser concluída até ao apeadeiro que será todo



Assembleia Municipal de Caminha

cuidado quer para manter a sua traça original, quer para acomodar os passageiros que ali possam estar.

Para terminar o Senhor Presidente deu uma nota quanto à passagem de nível de Coura de Seixas, que quando houve discussão dessa matéria nesse momento informou que o encerramento temporário daquela passagem, que as Infraestruturas de Portugal tinham dito que se isso acontecesse não abriria mais essa passagem e de acordo com o pensamento da Junta de Freguesia e da população o executivo não admitia como uma hipótese. Mas, o executivo a partir desse momento começou a pressionar as Infraestruturas de Portugal para colocarem as barreiras e o sistema sonoro, e a informação que receberam é que já não iam ser colocadas até ao final do ano, só para o próximo ano e no segundo semestre, mas, o segundo semestre começa em julho e acaba no dia 31 de dezembro, nesse momento o executivo entendeu que não podia esperar mais e fizeram novamente uma proposta de se cortar a estrada com umas pedras dos dois lados, sem impedir a passagem. As Infraestruturas de Portugal, numa primeira fase disseram que era como se desse nota pública que não se precisava daquela via, no entanto, através de muito trabalho e diálogo com algumas instâncias superiores as Infraestruturas de Portugal convenceu-se que seria melhor haver uma solução como a Câmara preconizava e não condicionando o futuro da passagem, e finalmente as Infraestruturas de Portugal assumiu o compromisso com a Câmara, que ao se cortar a via, isso não vai impedir que ao ser colocada as barreiras de segurança e toda a sinalização adicional que não possa reabrir, e logo de imediato o executivo articulou essa ação e deve acontecer já nos próximos dias, será deliberado esse corte de trânsito, e quando as Infraestruturas de Portugal cumprir com a sua palavra ao colocar toda a segurança necessária, será reaberta a passagem de nível.

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 25 de setembro 2020



Assembleia Municipal de Caminha

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 25 de setembro 2020**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 07 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

c) **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de dois de dezembro de dois mil e vinte, relativa às “**Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do Plano e a proposta de Orçamento, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021”.

A **Senhora Deputada Simaura Fonseca**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes que nos seguem de casa e Comunicação social, deu início à sua intervenção; “O PSD está contra o GOP e orçamento para 2021, porque após análise exaustiva do documento em apreciação tiramos as seguintes ilações:



Assembleia Municipal de Caminha

A Câmara de Caminha termina o ano de 2019 como a única câmara do distrito de Viana do Castelo que ultrapassou os limites ao endividamento e neste orçamento não se observou um único esforço de contenção de despesa que visasse a consolidação das contas municipais.

Para além disso, e após consultarmos o site da DGAL, verifica-se que continua a pagar a 240 dias aos fornecedores, e que está no top das 10 piores câmaras pagadoras do País, sendo que não há um único sinal neste orçamento de tentativa de reversão desta situação.

5.5 milhões é o que os munícipes e empresas contribuem de forma direta para este orçamento de 25 milhões de euros, através do pagamento do IMI IRS, IMT e derrama.

A nosso ver este orçamento carece de medidas estratégicas que dizem respeito ao tecido económico e empresarial já existente, que levariam a catapultar Caminha para o futuro, assim como acharmos que, faltam energias, ideias concretas, valores acrescentados criados pelo município para fazer crescer Caminha em termos industriais.

Sabemos que os tempos não são fáceis e os que aí vem também não, mas. Caminha precisa de mais investidores, caminhamos para um ano onde os efeitos da pandemia se farão sentir de forma inequívoca e avassaladora e não existe estratégia nem apoio forte às famílias nem empresas.

Os deputados reiteram a posição de que sempre disseram não acreditar nos orçamentos deste executivo e nas previsões de resultados e sempre avisaram das consequências de tais imprudências. E as consecutivas prestações de contas vieram sempre dar-lhes razão.

Nos investimentos gerais os deputados não se pronunciarão porque sendo ano eleitoral, e estando o governo a branquear os atrasos nos prazos médio de pagamento e a branquear ter-se ultrapassado os limites ao endividamento, e mesmo assim continuar-se a falar de orçamento bem conseguido. Está tudo dito!



Assembleia Municipal de Caminha

Com este tipo de orçamentos tudo é possível, os resultados é que são catastróficos, como tem ficado demonstrado ao longo de 7 anos de gestão.

Como este não seria o orçamento que nós apresentaríamos nem tão pouco consubstancia aquelas que são as prioridades para o crescimento exponencial do concelho de Caminha votaremos contra este Orçamento.

Disse.”

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, deu início à sua intervenção;

“Há um ano atrás a Assembleia Municipal de Caminha discutia e aprovava o documento das GOP que tinha como pressuposto o equilíbrio da despesa e da receita, nas palavras do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Recordamos que era um orçamento de cerca de 23 milhões de Euros, depois de orgulhosamente o executivo camarário ter apresentado no ano anterior o maior orçamento desde que 2013, correspondente a cerca de 25 Milhões de Euros, ou seja, desde que o PS retomou a liderança municipal, tanto na Câmara Municipal como no Orçamento.

Agora volta o executivo a estes valores. E volta enfatizando números e questões de que se orgulha, mas que merecem desencontros na análise da CDU. Em primeiro lugar porque entendemos ser já entediante que nos últimos anos, em qualquer análise documental, surjam os mesmos números de turismo a embandeirar em arco. Não que tal nos afaste de alguma satisfação pelo facto, mas sobretudo porque não entendemos ser positivo carregar na mochila constantemente os mesmos dados e apostas. Depois porque sem pejo anuncia a perda de receita da água como algo positivo para reafirmar a opção do executivo em entregar a gestão da água a uma empresa, demitindo-se deste compromisso e recusando todo o know-how e investimento acumulado ao longo dos anos.

As previsões apontadas neste orçamento e que se consagrarão nos documentos a aprovar ainda no decorrer desta assembleia, são otimistas, e



Assembleia Municipal de Caminha

gostaríamos imenso de acompanhar o executivo nesta matéria. Mas torna-se difícil com diminuições de receita, mesmo que ligeira, em impostos diretos como o IMI ou a Derrama, assumindo que o Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas (IMT) contrabalançará essa perda. Contudo não será apenas por aí o problema. É que na verdade os exercícios acumulam formas de estar e agir para as quais o conforto de medidas extraordinárias normalmente não são a melhor solução. Só que é isso que se verifica neste orçamento, do que é exemplo o aumento das transferências do Estado pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro.

Por outro lado, como temos vindo a alertar desde o início da mal-afamada descentralização, que nada mais é do que a desresponsabilização do Estado, as receitas por conta das Transferências de Competências poderão revelar-se insuficientes face às necessidades reais do município. Acresce ainda um empréstimo de 800 000 €, que agora não serão apenas, como no passado, para pagamentos de sentenças judiciais, mas sim para servir de instrumento de tesouraria, o que deixa algum desconforto que não se conforta com o facto de haver outros municípios a seguirem o mesmo procedimento.

Em suma, pelos princípios, este é um orçamento que não responde às necessidades do município mas que se alimenta da oportunidade que a conjuntura traz, até a nível europeu, razão pela qual, também por essa via, se engrossam estas grandes opções do plano e orçamento.

Perdoará por isso o executivo se não vemos a forma de satisfazer os seis eixos que apresenta, porque afinal esses sempre estiveram presentes nos orçamentos anteriores, independentemente dos valores e prioridades.

Particularmente preocupa-nos que em tempos difíceis procure o executivo dar resposta a todos os eixos de forma individualizada, dispersando recursos.

Reconhecemos a inclusão da valorização laboral e salarial, enquadrando medidas de que melhorem a condição das famílias, mas preocupam-nos as condições financeiras do município, sobretudo porque algumas questões se



Assembleia Municipal de Caminha

empurram para o futuro, do que é exemplo o recurso a moratórias, mas sobrevivendo a obrigação de dívida do município.

Finalmente, no que toca ao plano plurianual, há várias rúbricas com financiamento não definido que indiciam incapacidade de execução, como na sustentabilidade energética ou no turismo, apesar de, no global, o rácio entre financiamento já definido e não definido seja favorável.

Numa análise final, estas Grandes Opções do Plano e Orçamento não inovam nem conduzem a esperanças de encetar um percurso de consistência nas finanças públicas; cresce em valor por razões externas e não antevê benefícios assinaláveis para o futuro do concelho de Caminha.

Tal não impedirá, contudo, a aprovação do documento, porque assim garantiu a população do concelho da Caminha ao dar as maiorias na Câmara e Assembleia Municipal de Caminha. E embora nem sempre o exercício o traduza, essa opção popular exige também do partido maioritário responsabilidades e soluções que na verdade, até à data, continuam aquém da esperança dada em 2013. Talvez o PS acuse o cansaço de estar já há 7 anos em exercício, esgotando os seus recursos e estratégias. O ano 2021 será também desafiante nessa matéria, mas não será um orçamento gordo a pingar avulsamente em vários setores que decidirá sobre o exercício maior da democracia.

Disse”.

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, Comunicação Social e todos os munícipes que nos seguem de casa, e deu início à sua intervenção;

“Estamos nesta alínea a apreciar e a discutir a proposta submetida a esta assembleia, relativa às "Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021 (PAO)", no valor de 25 milhões de euros.



Assembleia Municipal de Caminha

Estamos perante um orçamento de coragem, para enfrentar momentos duros e difíceis para a nossa comunidade, mas também um orçamento de esperança para quando este pesadelo passar.

Este orçamento é superior em quase dois milhões de euros ao de 2020, com investimentos de 1,5 milhões de euros e despesas de capital, sustentadas nos fundos europeus que foram garantidos para o 2021 e, bem assim, pelas transferências de Estado, as quais também tiveram um aumento significativo.

Este orçamento tem um aumento da despesa corrente de aproximadamente 500 mil euros essencialmente nas rubricas de:

- Despesas com pessoal (+167 mil euros) que se justificam com a necessidade de atualização dos salários e das reclassificações,
- Apoio a instituições sem fins lucrativos (+ 173 mil euros)
- Apoio social às famílias mais necessitadas (+52 mil euros).

Como se pode ver, este orçamento;

- reforça o apoio às famílias,
- contempla um apoio expressivo às instituições de solidariedade social;
- impressiona pela grande preocupação para com os mais desfavorecidos.
- Atende às necessidades dos munícipes neste período em que estamos confrontados com o COVID e aponta medidas para o Pós-COVID,
- Prevê verbas para continuarmos a investir na qualificação das nossas escolas, na reabilitação urbana, e sustentabilidade ambiental, mas também para:
 - A preparação dos espaços públicos para todos os que escolham o nosso concelho para viver, passar férias ou usufruir de agradáveis momentos de lazer;
 - Beneficiar a paisagem, potenciar os percursos turísticos e apostar na construção da ecovia da frente ribeirinha de Caminha.
 - Melhorar os serviços prestados nas freguesias, criar novas estruturas, reabilitar e valorizar o património.



[Handwritten signatures]

Assembleia Municipal de Caminha

No PAO para 2021, destina 573 mil euros para as instituições sem fins lucrativos e 77 mil euros para apoio direto às famílias (rendas, luz, água de famílias mais carenciadas.

A Câmara Municipal tem a preocupação, neste orçamento, de dar um sinal forte às freguesias, através de um empréstimo de curto prazo no valor de 800 mil euros, para antecipar receita às freguesias, dando-lhes liquidez imediata no início do ano para gerir a difícil situação que atravessamos.

Concretizando um pouco mais quero salientar a aposta no desenvolvimento do nosso concelho que se traduz

- no investimento na criação de um Espaço de Memória do Mar no Forte da Lagarteira, em Vila Praia de Âncora.
- na afetação de 1,7 milhões na escola básica e secundaria de Caminha, 1,1 milhão na Escola Básica do Vale do Âncora e 700 mil euros no novo mercado municipal de Caminha.

Esta é uma proposta que visa o apoio à economia, às famílias e instituições sem fins lucrativos,

Esta proposta de orçamento contempla a isenção do pagamento de taxas de ocupação de espaço público e publicidade contribuindo para desagravar a situação do comércio e da restauração do concelho, em tempos de grave crise. Percentualmente, prevê-se que em 2021 o financiamento às instituições sem fins lucrativos cresça 43,4% e que o apoio às famílias do concelho de Caminha cresça 210,5%, representando um esforço enorme tendo em vista combater os efeitos da pandemia.

Este PAO demonstra uma estratégia de combate às dificuldades que vivemos, evidencia o apoio às famílias; ao comércio e restauração; às juntas de freguesia e aos mais desfavorecidos, não esquecendo o investimento e desenvolvimento do nosso concelho.

Por estes motivos a bancada do PS irá votar favoravelmente esta proposta de PAO.”



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que este orçamento, é um orçamento que pretende dar resposta, por um lado, á estratégia que já foi elencada desde 2013 e sufragada, repetida e apoiada em 2017 e daí que o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro faça sempre menção à repetição dos eixos essenciais demonstrando que existe estratégia, embora possa não ser aquela que o Senhor Deputado defende. E, por outro lado, dar dimensão ao combate à pandemia para o próximo ano. Por conseguinte, o executivo teve que escolher desde início que tipo de orçamento faria, se seria um orçamento de um ano normal, ou se seria de um ano extraordinário, e aquilo que o executivo decidiu foi fazer algo que pudesse ocorrer ás diversas situações. E, o executivo tem uma perspetiva quanto ao próximo ano, que não vai ser normal, vai ser um ano dos condicionamentos da atividade económica, recreativa e cultural que irá perdurar no mínimo até o Verão e até mesmo no Verão tem no momento algumas dificuldades para antever que eventos de grande porte e ajuntamentos se possam fazer, e este orçamento também está atento para a possibilidade de isso vir a acontecer. E, disse o Senhor Presidente que este orçamento vai dar resposta as preocupações de se pagar mais ajudas sociais, e por isso cresceu na medida em que o Senhor Deputado Hugo Martins ali referiu, e, já está a prever um crescimento nos apoios sociais na ordem dos 210%, isto em linha com aquilo que já se gostou este ano, e também prevê que em 2021 o financiamento às instituições sem fins lucrativos cresça 43,4%, meteu mais 173 mil euros na conta das Instituições, e no próximo ano as IPSS e as Instituições podem contar com uma bolsa de cerca de 600 mil euros de apoio à sua atividade. Disse o Senhor Presidente que neste orçamento o executivo não prevê a existência de eventos como o Carnaval, mas, está preparado para realizar eventos como o Vila Praia em Flor, a Festa do Mar da Sardinha, a Feira Medieval, o Artbeerfest, o Festival de Vilar de Mouros, Grande Trail da Serra D'Arga, mas, se não acontecerem este ano com a dinâmica do cumprimento orçamental, se o dinheiro tiver que ser retirado para apoiar as pessoas, a economia, as empresas não haverá poupança como se



Assembleia Municipal de Caminha

verificou há pouco com os gastos que o Município teve. Trata-se de um orçamento equilibrado, porque é diverso sobretudo naquilo que é concretização, e desse ponto de vista tem 40% da sua previsão de despesa ligada ao investimento concreto no território/investimento de capital. É, aquele que consegue equilibrar melhor a despesa corrente, com a despesa de capital, e, um partido político com responsabilidade como o PSD, não pode ir ali com um discurso tão pobre como aquele que teve neste debate do orçamento, ao referir que não existe um esforço de contenção de despesa, que não se paga a fornecedores, que não existem ideias e energia, e, que se tem que fazer mais pelas empresas, pelas famílias, tem-se que concretizar mais apoios à atividade industrial, isto não está a bater uma coisa com a outra, mas, tem pena que o PSD tenha desistido de fazer debate político sério, do ponto de vista do contributo, e o que acabou ali de dizer não é nada, e tem pena, porque acompanha aquilo que foi o discurso na Câmara Municipal, e, não se pode querer gastar mais e pedir menos receita, isso não é possível. Mas, o executivo aquilo que tentou fazer, foi condicionar aquilo que é receita através dos impostos, taxas das pessoas que pagam ao Município, ou, das transferências de Estado que também advém de impostos dentro daquilo que são as capacidades de realização da Câmara, logo, é preciso acautelar que os jardins sejam cuidados, que os equipamentos públicos funcionem, que o pagamento dos salários sejam cumpridos, garantir que as IPSS`S sejam subsidiadas, que as equipas de intervenção permanente das corporações de bombeiros recebam os seus vencimentos, e fazer mais investimento, e quando se coloca no orçamento previsão de uma receita que advém de fundos comunitários e porque ela está garantida, e é por isso que algumas obras que se pretendem fazer não estando garantido esse financiamento colocam na receita zero, e no dia em que vier o financiamento pedido para financiar essa obra serão colocados em orçamento. Disse ainda o Senhor Presidente que no orçamento não encontram vendas fictícias de património como existiam de dois ou três milhões para garantir que a previsão da receita coincidissem bem com a da



Assembleia Municipal de Caminha

despesa, este executivo é realista, está ali aquilo que podem concretizar, mas, as vezes acontece que o executivo não pode concretizar todo o investimento, porque muitas vezes o financiamento que está previsto chegar no início do ano, por questões burocráticas sem a responsabilidade da Câmara acaba por chegar a meio do ano, e só depois se vai concretizar o início da obra, e como todos sabem também vem os problemas com os empreiteiros e daí irá iniciar mais para o final do ano, e de certeza que todos encontram exemplos sobre esta matéria, e esse financiamento que se contava que viesse no início do ano e se pudesse gastar durante esse ano, só irá poder gastar uma parte no final do ano e o restante passará para o ano seguinte, e por isso é que os orçamentos não tem sido concretizados a 100%, e esta tem sido a razão. E, aquilo que o executivo tenta fazer é que haja equilíbrio máximo nestas matérias e que haja investimento no Concelho de Caminha

Disse ainda o Senhor Presidente que há três anos atrás apresentou-se em eleições junto da população do Concelho de Caminha, prometendo algumas medidas, elencando várias e extinguindo algumas, e lembra que essas medidas estarão sobre a avaliação dos munícipes, é algo que no exercício da sua vida política sempre o marcou muito, a necessidade de se ter seriedade de cumprir com as pessoas aqueles que são os objetivos e os compromissos, cumprindo e enquanto não acontece, dizer olhos nos olhos porque não estão a ser cumpridos. E, lembra as várias parangonas; prometeu que ia avançar com a obra da Escola Secundaria Sidónio Pais, e a obra está a avançar e a crescer, e ainda hoje, teve o privilégio de contar com a visita do Senhor Ministro da Educação que veio assinalar o fim do primeiro período deste ano escolar ao Concelho de Caminha; que iriam avançar com as obras da Escola Básica de Vila Praia de Âncora e que seria a sede da Academia de Música Fernandes Fão, as obras já começaram, que iriam avançar com a obra da reabilitação da zona da Sandia, tão esquecida, grande parte da obra já está feita, faltando fazer a parte da obra prevista mais a norte junto à passagem da Nacional 13; que iriam fazer a reabilitação do Centro Histórico de Caminha, a 1ª fase já se



Assembleia Municipal de Caminha

encontra concluída, e já se está na 2.^a fase, na Rua de São João com o seu calcetamento e já se encontra com uns pereiros plantados, que iriam avançar com o objetivo de se conseguir uma bandeira azul para a Praia Fluvial de Vilar de Mouros, esse objetivo foi alcançado; que iriam alargar a fibra ótica no Concelho de Caminha, outro objetivo conseguido, e muitas outras matérias. E, de tudo que foi destacado dos compromissos assumidos há três anos, existe uma matéria pendurada que é a extinção da PPP das Piscinas, como todos sabem pediu-se um empréstimo para se poder comprar a parte dos privados, mas, ainda não se tem autorização por parte do Tribunal de Contas, apenas se conseguiu a parte substantiva, ou seja, o Concelho de Caminha só está a pagar no âmbito do acordo com os privados muito perto do que lhe caberia pagar se o Município comprasse a parte dos privados e se se tivesse que pagar ao banco a dívida que existe relativa à PPP, e isso está a ser cumprido num acordo, em que o privado não reclama por receber bem menos do que aquilo a que teria direito, ou seja, em vez de receber cerca de 900 mil euros ano, está a receber cerca de 400 mil euros ano, com um problema, é que a dívida vai acumulando em termos contabilísticos aquilo que o Município não está a pagar, resulta em dívida que se está a acumular e em prazo médio de pagamento também, apesar de haver um acordo com o privado.

Para concluir disse o Senhor Presidente que este orçamento apresenta um forte investimento de apoio à economia, famílias e instituições sem fins lucrativos, já a prever receita que não vai arrecadar, uma destabilização no IMI e IRS, uma isenção de taxas dos espaços público e publicidade e prevê uma subida do IMT que é dada pelos resultados apresentados este ano e o Município em execução orçamental previa obter 986 mil euros de receita de IMT, e neste momento já está em 1 milhão e 240 mil euros de receita, ou seja, tem-se uma execução de 125%, e para aqueles que são mais distraídos o IMT é o imposto que é pago pela transação de imóveis, ou seja, quantas mais casas se comprarem no Concelho de Caminha, mais receita a Câmara arrecada, e no ano como este, em que a economia paralisou, o Concelho de



Assembleia Municipal de Caminha

Caminha vendeu muitas mais prédios (casas) do que aquilo que era suposto vender. E, para concluir disse que foi publicado o Anuário Regional de 2019, aquele que tem os indicadores por Concelho referente ao País, e nesse anuário é referido que infelizmente o Alto Minho tem vindo a decrescer de população, no País existem 111 Concelhos, um terço (1/3) genericamente onde existe aumento de população, e no Alto Minho apenas três Concelhos crescem em população de 2018 para 2019, Valença, Vila Nova de Cerveira e Caminha, aguentou-se bem na taxa de natalidade não sendo a maior, mas, sobretudo na migração de pessoas que escolheram viver em Caminha.

Meus Senhores;

Com os números de desemprego que todos sabem, com os números que evidenciam a atividade imobiliária no Concelho de Caminha, com os números recordes que se tinha no crescimento de Turismo e de hóspedes já mencionados no período pré-pandemia, evidenciam que a Câmara pode estar errada na sua estratégia, mas, a estratégia que tem vindo a seguir tem dado resultados, sabe que não resolve todos os problemas, e qual o Presidente de Câmara que não gostaria de dar pleno emprego no seu Concelho, de ter todas as atividades comerciais e industriais e até de poder escolher um a um dependendo da formação da cada munícipe em poder enquadrar em qualquer tipo de emprego, calceteiro, engenheiro, pescador, mas, não é possível, está a obter resultados que são diferentes daqueles que anteriores executivos tiveram, como é sabido, e portanto, mesmo com erros que possam acontecer, erros de análise ou de ação, aquilo que o executivo vai continuar a fazer é seguir este caminho, mas sim, precisa de debate de ideias, não um debate vazio, precisa de um confronto como acontece com a CDU, a capacidade de se estabelecer ali um patamar da concordância e outro de discordância na expectativa que o Senhor Deputado tem de o convencer em pelo menos em algumas medidas, e como não tem expectativa de o convencer, está em processo de tentar encontrar nas ideias do Senhor Deputado boas soluções para o Concelho de Caminha, no entanto, era bom que o maior partido da



[Handwritten signatures]

Assembleia Municipal de Caminha

oposição fizesse parte desta dialética e que pudesse dizer alguma coisinha sobre o desenvolvimento do Concelho, como se pudesse crescer e evoluir e o debate sobre as linhas gerais do orçamento era o momento fundamental para se ter o deslumbre de uma ideia para o Concelho de Caminha, elas virão certamente para os próximos meses, são meses sempre de grandes ideias e de contributo festivo para o debate democrático.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 08 votos contra e 01 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

d) Mapa de Pessoal para 2021

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de dois de dezembro de dois mil e vinte, relativa ao **“Mapa de Pessoal para 2021”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea o), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2, do art.º 6, da Lei 112/2017 de 29 de dezembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais, **propõe-se** que este órgão delibere aprovar o **“Mapa de Pessoal para 2021”**.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 0 votos contra e 08 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) Plano Anual de Recrutamento 2021

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de dois de dezembro de dois mil e vinte, relativa ao “**Plano Anual de Recrutamento 2021**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos do n.º4, do art.º 28, da Lei n.º35 /2014 de 20 de junho, conjugado com a alínea a), e h), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão delibere aprove o “Plano Anual de Recrutamento 2021”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 0 votos contra e 08 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) Lançamento de uma Derrama

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de novembro de dois mil e vinte, relativa ao “**Lançamento de uma Derrama**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante. Assim e porque nos termos da alínea d), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, autorizar o lançamento de Derramas, **propõe-se** o lançamento uma derrama de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), bem como uma taxa reduzida de 0,5% de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse os € 150 000 (n.º 24 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual).

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 08 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

g) Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de novembro de dois mil e vinte, relativa à **“Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea d) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis, **propõe-se** a aprovação das seguintes taxas:

- **Prédios Rústicos: 0,8%;**
- **Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,45%.**

Propõe-se ainda:

- **Ao abrigo do n.º 8 do referido artigo e diploma, majorar até 30% (no limite superior o valor será 0,585%) a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;**
- **Ao abrigo do n.º 12 do referido artigo e diploma, fixar uma redução até 50% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou patrimonial cultural, nos termos da respetiva legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n), do n.º 1), do art.º 44º, do Estatuto dos Benefícios Fiscais.**

O Senhor Deputado Carlos Videira, deu início à sua intervenção;

Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores,



Assembleia Municipal de Caminha

Sras. Deputadas e Srs. Deputados,

Sras. e Sras. Presidentes de Junta,

Em 2020, o número de municípios que decidiu dar desconto no Imposto Municipal sobre Imóveis às famílias residentes no respetivo concelho com dependentes a cargo ascendeu a 235, acima dos 220 registados em 2019.

O chamado IMI Familiar, criado em 2015, trata-se de um desconto na fatura do imposto em função do número de dependentes de cada agregado familiar. Cabe às autarquias decidir anualmente se pretendem aplicá-lo, devendo informar a Autoridade Tributária e Aduaneira, desta sua intenção até ao dia 31 de dezembro. Em causa está um desconto de 20 euros para as famílias com um dependente; de 40 euros para as que têm dois dependentes; e de 70 euros para as que têm três ou mais filhos. A medida apenas abrange habitações próprias e permanentes do agregado.

Ao tratar-se de um imposto autárquico, cabe a cada Câmara Municipal avaliar se há direito ou não a esta redução. De salientar que algumas autarquias optam por beneficiar apenas os agregados familiares que tenham três ou mais filhos.

Em 2021, Caminha continuará de fora da extensa lista de municípios que têm vindo a adotar esta medida. Num ano particularmente difícil para todos, esta seria uma iniciativa fundamental para o apoio às famílias do concelho. Não compreendemos a resistência do Executivo Municipal em aplicar, pelo menos, parcialmente esta medida. Por isso, apelamos novamente ao Senhor Presidente da Câmara que reveja a sua posição, contribuindo para que Caminha seja uma autarquia familiarmente mais responsável.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que esta medida é interessante da qual o Município poderá fazer uso quando tiver condições para o fazer. Mas, o exercício orçamental é isto, tem a ver com a arrecadação de receita e com a definição de despesas, e as despesas do Município como bem referiu a Senhora Deputada Simaura não tem só aquilo que consta deste



Assembleia Municipal de Caminha

orçamento, mas todas aquelas que fazem parte de um conjunto de acordos, empréstimos, prazos médio de pagamentos tem dívida atrás, e por isso tem que se fazer um esforço, mesmo que se consiga pagar toda a despesa que ali está, ainda fica por concretizar o capital da Polis Litoral Norte, a dívida total à CIM, a dívida à ADSE, a dívida à PPP, a dívida às Águas, mas, gostaria muito de já poder aplicar este desconto familiar, mas, não pode, a tentação é grande num ano eleitoral, se hoje ali se estivesse a dizer que se iria lançar esse aplauso, talvez não da parte do PSD, mas, sem a crítica, no entanto, a despesa do Município ainda está num nível, que os obriga a resolver muitos problemas, quando tem que pagar tudo que lhes deixaram por pagar, e aquilo que tem que pagar, porque também fizeram despesa, talvez aí tenham a ocasião de o fazer não só relativamente ao IMI, mas, a outras medidas relativas ao IMI, IRS e até a outro tipo de impostos, porém, agora é absolutamente impraticável.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 09 votos contra e 01 abstenções.

O **Senhor Vice-Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luis Matias**, fez declaração de voto e disse que depois de ouvir a explicação do Senhor Presidente, a qual pode concordar ou não, está ali em defesa dos Ancorenses e uma vez que a receita é uma receita direta para o Município e acredita que seja importante para o orçamento da Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora também tem noção do impacto abusivo que este imposto tem nas famílias Ancorenses, e neste momento difícil económico pelo qual se esta a passar, o Município de Caminha podia ajudar as famílias com uma ligeira descida.

Por esse motivo votam contra.



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

h) Participação Variável do IRS

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de novembro de dois mil e vinte, relativa à “**Participação Variável do IRS**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, **propõe-se** que a participação a variável do IRS, relativa aos rendimentos de 2021, seja de 5%.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a CDU tem mantido uma coerência desde sempre, irá continuar a manter.

A CDU considera que esta taxa variável de participação de IRS, é uma das maiores injustiças que são praticadas a nível nacional, é uma forma como o estado trata os cidadãos do mesmo território, o que quer dizer que coloca nas mãos dos Municípios a decisão fiscal sobre cada um dos portugueses, logo, os portugueses que numa zona do País veem o pagamento do IRS achado a um determinado valor e noutra região do País achado de forma diferente, e isto é uma injustiça à qual a CDU não pode ser indiferente e só por isso de forma alguma poderiam votar favoravelmente esta taxa variável de participação de IRS. Mas, também é um ataque feroz ao próprio poder autárquico local democrático e que tanto defendem, porque, deixa nas mãos dos Municípios e particularmente nas mãos de um executivo camarário ter a graça de poder



Assembleia Municipal de Caminha

aliviar um pouco a carga fiscal dos seus munícipes e deixando também as Assembleias Municipais refém deste processo, quando aquilo que o estado tem que fazer é financiar e transferir as verbas para o Município e não permitir que o Município abdique de receitas em favor daqueles que são os munícipes do seu Concelho, e, porque ataca o poder local e porque trata de forma diferente portugueses a CDU vota contra esta proposta.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 09 votos contra e 01 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

i) Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de novembro de dois mil e vinte, relativa à “**Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, **propõe-se** fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

j) Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de nove de dezembro de dois mil e vinte, relativa à **“Delegação de Competência para Autorizar a Assunção de Compromissos Plurianuais, n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal conceder autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, e nos termos do n.º 3, do art.º 6.º da citada Lei; “Nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a competência referida na alínea c) do n.º 1 pode ser delegada no presidente de câmara.”

Propõe-se que este órgão deliberativo aprove:



Assembleia Municipal de Caminha

- Delegar no Presidente da Câmara Municipal a competência para a autorização prévia de compromissos plurianuais, nas situações em que o valor do compromisso é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (€ 99.759,58), de forma a tornar mais céleres os procedimentos que envolvam a assunção de tais compromissos plurianuais, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual;
- Que a presente deliberação produza efeitos sobre os compromissos assumidos durante o ano de 2021.
- A assunção de compromissos plurianuais a coberto da delegação que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;
- Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da delegação que ora se propõe.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 08 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

k) Celebração de Protocolos de Apoio às Freguesias para o Ano 2021



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de nove de dezembro de dois mil e vinte, relativa à “**Celebração de Protocolos de Apoio às Freguesias para o Ano 2021**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove os “Protocolos de Apoio às Freguesias para o Ano 2021”, nas seguintes formas de apoio às Freguesias em reforço da capitação necessária para que estas consigam prosseguir as respetivas competências materiais;

- Em numerário, até ao limite estipulado (anexo II que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata), para os projetos constantes das Grandes Opções do Plano para cada Junta de Freguesia;
- Em espécie, através da disponibilização pontual de recursos humanos e patrimoniais.
- E, que seja aprovado o protocolo tipo (anexo II) que se aplicará aos apoios concedidos às Juntas de Freguesia.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

I) Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho- Cemitério Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de nove de dezembro de dois mil e vinte, relativa ao “**Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho- Cemitério Municipal de Caminha**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k), do n.º1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho- Cemitério Municipal de Caminha.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

m) Associação de Municípios Da Serra D'Arga - Paisagem Protegida Regional - Proposta de Constituição

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de novembro de dois mil e vinte, relativa à “**Associação de Municípios Da Serra D'Arga – Paisagem Protegida Regional – Proposta de Constituição**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante. Assim e porque nos termos do art.º108 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal aprovar, sob proposta da Câmara, a constituição das associações de autarquias locais, assim, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a integração do Município de Caminha na “Associação de Municípios Da Serra D'Arga – Paisagem Protegida Regional – Proposta de Constituição”, ficando em anexo a esta ata o acordo constitutivo, a proposta de estatutos, o estudo de viabilidade económica e financeira desta associação, bem como o parecer jurídico sobre a criação de uma associação pública de municípios de fins específicos.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 0 votos contra e 08 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

n) Alteração ao Protocolo Celebrado entre o Município de Caminha, Junta



Assembleia Municipal de Caminha

de Freguesia de Vilar de Mouros e Surprise & Expectation, Lda para Realização do Festival de Vilar de Mouros

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de nove de dezembro de dois mil e vinte, relativa à **“Alteração ao Protocolo Celebrado entre o Município de Caminha, Junta de Freguesia de Vilar de Mouros e Surprise & Expectation, Lda para Realização do Festival de Vilar de Mouros”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k), do n.º 2, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a **“Alteração ao Protocolo Celebrado entre o Município de Caminha, Junta de Freguesia de Vilar de Mouros e Surprise & Expectation, Lda para Realização do Festival de Vilar de Mouros”**, aditando um n.º 4 à clausula quarta do referido protocolo, com o seguinte texto:

“...

4 – A obrigação de pagamento a que refere o número anterior, poderá ser substituída por um pagamento em espécie, com as adaptações exigidas por uma dação em pagamento, sempre que haja acordo escrito entre as partes.”

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 0 votos contra e 08 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

o) Aditamento ao Anexo I do Contrato de Cedência de Utilização de Infraestruturas Celebrado entre Município de Caminha e a A.D.A.M.- Águas do Alto Minho, S.A. – Rede Saneamento de Argela

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de nove de dezembro de dois mil e vinte, relativa ao “**Aditamento ao Anexo I do Contrato de Cedência de Utilização de Infraestruturas Celebrado entre Município de Caminha e a A.D.A.M.- Águas do Alto Minho, S.A. – Rede Saneamento de Argela**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea i), do n.º1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal, autorizar a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Aditamento ao Anexo I do Contrato de Cedência de Utilização de Infraestruturas Celebrado entre Município de Caminha e a A.D.A.M.- Águas do Alto Minho, S.A. – Rede Saneamento de Argela”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 07 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 21H400M, do dia 18 de dezembro de 2020, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária

Sónia Lajoso

(Sónia Lajoso)

O Presidente

Luís Augusto Pestana Mourão

(Luís Augusto Pestana Mourão)